

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

EM MILHARES DE REAIS

1) Histórico e Contexto Operacional

A TECNOSOLO S/A foi fundada em 17 de outubro de 1957, dedicando-se às atividades ligadas a mecânica de solos, sondagens, fundações e contenções de encostas e ao controle tecnológico de qualidade e construção civil, incluindo-se mais tarde no objetivo social as atividades de estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos e, mais recentemente, a construção civil e a incorporação de empreendimentos imobiliários. Sua atuação cobre, assim, atualmente as mais diferentes atividades no campo da engenharia.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras da companhia referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2013 e 31/12/2012 foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios.

Está sendo apresentada a consolidação das demonstrações financeiras da Tecnosolo Engenharia S.A. e da Subsidiária Integral (nota 24), Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., a qual teve a suas atividades iniciadas em setembro de 2013.

3) Principais Práticas Contábeis

3.1. Aplicação da Lei 11.638/07

As demonstrações financeiras da companhia foram apresentadas em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, sendo irrelevantes os efeitos sobre o patrimônio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

3.2. Adoção inicial dos IFRs (CPCs)

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC e normas complementares da CVM vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos do CPC, incluindo os novos pronunciamentos vigentes para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciado em 1º de janeiro de 2010.

3.3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações são as seguintes:

3.3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. A administração da Companhia entende como não significativo e não calculou nem provisionou o efeito de ajuste ao valor recuperável de ativos não financeiros.

3.3.2. Apuração e apropriação do resultado de obras por empreitada e por administração

- **Reconhecimento da Receita**

As receitas de prestação de serviços a este título são reconhecidas em função das medições e progresso físico das obras, seguindo assim o regime de competência.

- **Reconhecimento de custos e despesas**

Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando mensuráveis e incorridos de acordo com o progresso físico das obras.

3.3.3. Ativos circulantes e não circulantes

- **Disponibilidades e aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos.

- **Contas a Receber**

São serviços medidos e faturados não recebidos, prestados em sua maioria ao Governo (Federal, Estadual e Municipal), ajustado ao valor presente até 31/12/2012, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Em 2013 não foram apropriados ajuste a valor presente.

As Outras Contas a Receber representam Cauções e Medições a Faturar. As Cauções e Retenções tratam-se de valores dados como garantias ao serem firmados contratos de prestação de serviços, sendo estes devolvidos e recuperados pelos clientes no término do contrato. Já as Medições a Faturar representam os serviços efetivamente realizados, cujas

medições das obras estão em processo de aprovação e o faturamento consta ainda em fase de execução, cujos custos destes contratos também foram reconhecidos.

- **Estoques**

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, o qual não ultrapassa seu valor de mercado, sendo utilizado de acordo com a necessidade dos contratos para execução dos serviços. Com a atividade de incorporação e empreendimentos imobiliários foram registrados também os custos incorridos e o valor do bem imóvel destinado à venda, sendo estes custos reconhecidos em resultado à medida que os imóveis forem vendidos.

- **Investimentos e Equivalência Patrimonial.**

O Investimento em empresa Subsidiária Integral (SI) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e refere-se a controlada TECNOSOLO SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A. (Nota 24), onde 100% do resultado desta, no montante de R\$ 1.128 mil foi refletido na empresa controladora TECNOSOLO. A SI apresenta Capital Social de R\$ 90.601 mil, equivalentes a 90.601.220 ações ordinárias nominativas e Patrimônio Líquido de R\$ 91.729 mil em 31/12/2013.

- **Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. As depreciações são computadas pelo método linear, levando em consideração as taxas descritas na Nota 12 e reconhecidas no resultado do período. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.

3.3.4. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.3.5. Provisões

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia, com base nas premissas que são informadas, desta forma são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas.

3.3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para atividade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

3.3.7. Ajuste a valor presente

Os ativos circulantes nos quais possam ter perdas relevantes são ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 1% a.m. A administração da Companhia entendeu como não significativo e não calculou nem provisionou o efeito de ajuste a valor presente dos ativos circulantes em 2013.

3.3.8. Transações entre Partes Relacionadas

De acordo com a Deliberação CVM nº 26/86, não há transações entre partes relacionadas nas demonstrações financeiras da companhia, a não ser o saldo residual de mútuo com empresa subsidiária integral, conforme registrado na nota 10.1.

4) Disponibilidades

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	2	2
Bancos c/ Movimento	(47)	14
Aplicações Financeiras	24	22
Fundo Fixo	221	23
	<u>200</u>	<u>61</u>

5) Contas a Receber

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Clientes	9.955	15.187
Ajuste a Valor Presente	(1.399)	(1.399)
Cauções e Retenções	317	317
Medições a Faturar	2.409	6.339
	<u>11.282</u>	<u>20.444</u>

6) Devedores por Decisão Judicial

Os valores registrados em Itens Extraordinários referem-se ao Processo 14095474525-7, transitado em julgado favorável a TECNOSOLO S/A, em junho/04 na 5ª Vara da Fazenda Pública – Salvador - BA, tendo como ré a SURCAP - Superintendência de Urbanização da Capital – Município de Salvador – BA. Com base em parecer da assessoria jurídica, decidiu a administração refazer espontaneamente as demonstrações financeiras com base em 31.12.2005, dos itens relacionados ao referido ativo judicial, visando adicionar maiores esclarecimentos quanto aos registros contábeis, bem como aperfeiçoamento dos critérios de valorização do referido ativo, destacando também os respectivos reflexos nas demonstrações financeiras com base em 31.12.2013. Considerando o referido Parecer Jurídico adotamos já a partir do exercício de 2005 a contabilização do valor integral da ação, devidamente atualizado pelo INPC, mais juros de 0,5% a.m. (índice determinado pela justiça). O referido processo encontra-se em Ação de Execução favorável a TECNOSOLO, determinando a conversão em Precatório. Informamos a seguir o registro do referido ativo judicial:

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Itens Extraordinários		
Devedores por decisão judicial	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Devedores por decisão judicial – Completo	31.113	29.468
Honorários Advogados	17.081	15.471
Atualização e Juros	54.293	47.886
Prov. Honorários Advogados a Realizar	(17.081)	(15.471)
Saldo do Período	85.406	77.354

7) Estoques

	31/12/2013	31/12/2012
Materiais Diversos	-	8.230
Imóveis destinados à Venda	437	437
	437	8.667

8) Impostos a Compensar

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	447	229
Contribuição Social Retida s/ Faturas	85	70
INSS Retido s/ Faturas	260	46
Saldo Negativo de IRPJ	3.005	3.005
PIS Abono	17	-
Saldo Negativo de CSLL	725	725
INSS a Compensar	402	390
ISS a Compensar	458	83
FGTS a Compensar	2	2
PIS Retido	2	-
COFINS Retido	10	-
	5.413	4.550

São registrados impostos retidos no recebimento do faturamento e saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, reduzindo o saldo à medida que forem compensados com impostos a pagar.

9) Despesas Antecipadas

	31/12/2013	31/12/2012
Seguros a Apropriar	50	20
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	-	12.400
	50	12.420

Representam pagamentos antecipados, cujas prestação do serviço ocorrerão em momento posterior.

10) Outros Ativos Circulantes

10.1. Adiantamentos

	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamento a Funcionários	106	12
Adiantamentos a Fornecedores	880	397
Mutuo Coligada	146	
	1.132	409

Registram os pagamentos na contratação de fornecedores de materiais, bens e serviços à título de antecipação para cobertura de custos na colaboração de produtos específicos, só fornecidos sob encomenda. Também estão registrados os adiantamentos de salários pelos respectivos pagamentos.

10.2. Suprimentos para Serviços

	31/12/2013	31/12/2012
Suprimentos para Serviços	3.588	1.952
	<u>3.588</u>	<u>1.952</u>

Os Suprimentos para Serviços correspondem os valores concedidos a serem utilizados nas obras, os quais são posteriormente comprovados os gastos e reconhecidos nas devidas despesas.

11) Depósitos Judiciais

	31/12/2013	31/12/2012
Reclamações Trabalhistas	2.712	2510
Títulos Diversos	505	505
	<u>3.217</u>	<u>3015</u>

Estes valores compõem-se de reclamações trabalhistas e depósitos judiciais, as quais os processos judiciais constam em julgamento, pendentes de decisão.

12) Imobilizado

Demonstrados pelo valor de custo de aquisição deduzidos da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais levando em consideração a vida útil econômica dos bens. Representado como segue:

	TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO 31/12/2013	VALOR LÍQUIDO 31/12/2012
Máquinas e Equipamentos	10%	-	5.914
Móveis e Utensílios	10%	377	403
Terrenos	-	680	680
Edificações	4%	-	3.507
Instalações	10%	73	91
Veículos	20%	-	247
Programas e Softwares	20%	382	419
Computadores e Periféricos	20%	-	101
Leasing e Consórcio - Imobilizado Arrendado	-	907	995
	-	<u>2.419</u>	<u>12.357</u>

13) Intangível

	31/12/2013	31/12/2012
Marcas e Patentes	35	35
Software	106	106
Cessão de Direitos	3.300	3.300
	<u>3.441</u>	<u>3.441</u>

14) Obrigações Sociais

	31/12/2013	31/12/2012
INSS a Pagar	3.688	2.040
FGTS a Pagar	2.069	2.099
Sindicato de Classe	359	339
	<u>6.116</u>	<u>4.478</u>

15) Obrigações Trabalhistas

	31/12/2013	31/12/2012
Salários a Pagar	2.940	2.231
Quitações a Pagar	4.780	4.760
Honorários do Conselho Fiscal	16	16
Diárias e Ajudas de Custo	50	50
Pensão Alimentícia	4	4
Empréstimos Consignados	16	20
Vale Alimentação	3	2
Vale Transporte	3	-
Honorários de Terceiros a Pagar	-	-
	<u>7.812</u>	<u>7.083</u>

16) Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	46.532	29.994
	<u>46.532</u>	<u>29.994</u>

Registram as compras de materiais e aquisição de serviços que ainda não foram pagos, utilizados na execução da prestação do serviço.

17) Obrigações Fiscais

	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.544	2.030
PIS a Pagar	723	603
COFINS a Pagar	3.399	2.847
Tributos Lei 10.833/03	947	828
ISS a Pagar	5.557	5.227
Parcelamento de FGTS	2.427	2.427
Parcelamento de INSS	11.320	11.320
Parcelamento de IRPJ e CSLL	164	164
Parcelamento de PIS e COFINS	4.686	4.686
Refis	16.443	16.443
Juros a Apropriar – Parcelamentos Federais	(873)	(873)
Parcelamento de ISS	863	863
Prov. IRPJ e CSLL Diferidos	27.732	0
Outros	2.479	2.425
	<hr/> 78.411	<hr/> 48.990
Passivo Circulante	<hr/> 15.356	<hr/> 13.667
Passivo Não Circulante	63.055	35.323

A dívida tributária está representada pelo valor original do imposto devido. Os parcelamentos são acrescidos de encargos e atualização de acordo com a legislação. Encontra-se em apuração com Receita Federal do Brasil o saldo efetivo de impostos e contribuições federais de período anteriores para conclusão de um processo consolidado de parcelamento. No atual estágio, não é possível determinar com segurança o referido montante líquido das compensações tributárias, razão pela qual o saldo de provisões do quadro acima está sujeito a modificações.

18) Empréstimos e Financiamentos

	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
Banco Banrisul	1.416	2.095	1.416	2.095
Bic Banco	3.292	-	3.137	-
Banco Itaú	288	275	315	381
Banco Safra	197	143	159	143
Banco Bradesco	12	-	12	-
Banco PINE	3.342	-	3.342	-
Banco BVA	1.129	41.956	1.129	41.956
Banco Mercantil	330	5.146	3.312	2.222
Encargos a Apropriar	(5.655)	(7.169)	(5.655)	(7.169)
Outros	1.440	387	1.474	420
	5.791	42.833	8.641	40.048

18.1. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos no passivo circulante quando vencíveis dentro do exercício social e, no exigível a longo prazo a serem liquidados no exercício seguinte. Os empréstimos registrados referem-se a contratos de abertura de crédito de Capital de Giro acrescidos de encargos financeiros variáveis, garantidos por aval dos acionistas controladores e contratos de prestação de serviços.

18.2. Os saldos acima estão sujeitos a eventuais ajustes de atualização e negociação de juros a partir da data da Assembleia dos Credores de 24/07/2013.

19) Outras Obrigações

	31/12/2013	31/12/2012
Dividendos	1.115	1.115
Credores Diversos	1.055	680
Cauções Retidas de Terceiros	46	46
Empréstimos concedidos pelos sócios	42	423
Reembolso a Pagar	380	393
	2.638	2.657

20) Provisões de Férias

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de Férias	1.061	454
Provisão de Encargos s/ Férias	450	224
	1.511	678

As Provisões de Férias e de Décimo Terceiro são constituídas mensalmente com base no saldo existente acrescida dos respectivos encargos sociais.

21) Provisões para Contingências

	31/12/2013	31/12/2012
Processos Trabalhistas	5.489	5.489
	5.489	5.489

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processos trabalhistas, envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores, estabelecida com base nas opiniões de consultores jurídicos da Companhia em que a perda é provável.

22) Capital Social

O capital social é de R\$ 14.922 mil, dividido em 99.305.085 ações, sendo 35.305.085 ações ordinárias e 64.000.000 ações preferenciais, conforme Ata 971^o da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21/03/2012. As ações preferenciais terão prioridade ao reembolso de Capital em caso de liquidação da Companhia e, na distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido.

23) Ajustes de Avaliação Patrimonial

23.1. Laudo de Avaliação

Com base em Laudos de Avaliação com empresas especializadas a Companhia atribuiu valor justo aos seguintes ativos:

EM REAIS					
IMOBILIZADO / INTANGÍVEL	VLR ORIGINAL	DEPRECIAÇÃO	VLR. LÍQUIDO	VLR. JUSTO	DIFERENÇA
EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO	4.962.573,30	1.694.956,93	3.267.616,37	14.089.500,00	10.821.883,63
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.240.249,53	8.676.973,34	5.563.276,19	8.589.970,00	3.026.693,81
VEICULOS	1.609.850,54	1.403.513,97	206.336,57	387.000,00	180.663,43
ACERVO TÉCNICO	-	-	-	16.294.000,00	16.294.000,00
MARCAS TECNOSOLO	-	-	-	51.240.750,00	51.240.750,00
TOTAL	20.812.673,37	11.775.444,24	9.037.229,13	90.601.220,00	81.563.990,87

23.1. 1. Integralização do Capital Social de Subsidiária Integral.

Estes ativos foram dados como total integralização do Capital Social da Subsidiária Integral Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A. (Nota 24).

23.2. Critério contábil

A contra partida contábil da avaliação a valor justo esta refletida no resultado do exercício, na conta “Avaliação a Valor Justo” e “Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos”, no montante de:

Valor da variação da avaliação ao valor justo	81.564
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	<u>(27.732)</u>
Valor Líquido	53.832

24) Constituição da Subsidiária Integral.

Em 16 de setembro de 2013 foi constituída a empresa Subsidiária Integral (SI), com o intuito de dinamização dos negócios da Cia., denominada Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., com participação de 100% do seu Capital Social.

24.1. Capital Social da SI

O Capital Social da SI foi totalmente subscrito e integralizado com a versão de parte dos Ativos da Controladora Tecnosolo Engenharia S.A., sendo:

IMOBILIZADO / INTANGÍVEL	VALOR
EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO	14.090
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.590
VEICULOS	387
ACERVO TÉCNICO	16.294
MARCAS TECNOSOLO	51.240
TOTAL	90.601

25) Constituição de Reservas de Lucros e Lucro a Realizar

25.1. A Companhia apurou Lucros a Realizar de exercícios anteriores, decorrentes de saldo remanescente de lucros retidos após dedução da Reserva Legal, Estatutária e dividendos obrigatórios, e correspondentes a resultados não realizados financeiramente em face do ativo contas a receber SURCAP-BA citado na nota explicativa 06, sendo acrescida esta reserva de lucros a realizar em 2013 pelo saldo do dividendo mínimo obrigatório que ultrapassa a parcela realizada do lucro líquido do exercício, como segue :

Lucro Líquido do Exercício	7.178
(-) Reserva Legal 5%	(359)
(-) Reserva Estatutária 10%	<u>(718)</u>
Subtotal	6.101
Dividendo mínimo de 25%	1.705
(a Reserva Estatutária não abateu da base de calculo do dividendo mínimo)	

25.2. Verificação da parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Lucro Líquido do Exercício	7.178
<u>(-) parcelas não realizadas financeiramente :</u>	
(-) Variação líquida do valor justo de ativos (Nota 23)	(53.832)
(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial (Nota 33)	<u>(1.128)</u>
(=) Resultado após dedução dos valores não realizados	(47.782)

Portanto, a Cia. não apresenta lucros realizados financeiramente sujeitos a distribuição de dividendos neste exercício, razão pela qual o dividendo mínimo mencionado na nota 25.1 anterior será destinado a Reserva de Lucros a Realizar.

25.3. Constituição da Reserva de Lucros a Realizar :

Saldo Exercícios anteriores	53.213
Dividendo mínimo de 25% não realizado financeiramente	<u>1.705</u>
(=) Reserva de Lucros a Realizar	54.918

25.4. SUBSIDIÁRIA INTEGRAL - Constituição de Reservas de Lucros e Dividendos

25.4.1. A SI apurou lucro líquido sujeito a seguinte distribuição :

Lucro Líquido do Exercício	1.128
(-) Reserva Legal 5%	(56)
(-) Reserva Estatutária 10%	<u>(113)</u>
Subtotal	959
Dividendo mínimo de 25%	268
Reserva com Retenção de Lucros	691

25.4.2. A Reserva Estatutária não reduziu a base de cálculo do dividendo mínimo. Considerando que a SI ainda não realizou financeiramente o seu faturamento inicial, a parcela de dividendos mínimos de R\$ 268 (acima apurada) está sendo transferida para Reserva de Lucros a Realizar. O saldo de lucros acumulados após a destinação das reservas de lucros (R\$ 691, também não realizados financeiramente) está sendo destinado a uma Reserva com Retenção de Lucros.

26) Evento Subsequente

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia informou que ajuizou o pedido de recuperação judicial, através do processo no. 0314091-97.2012.8.19.0001 em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei no. 11.101/05. O pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação econômico-financeira da Companhia e para proteger a continuidade dos serviços por ela prestados.

Em 29 de agosto de 2012, foi deferido o processamento da recuperação judicial, nomeando o administrador judicial e determinando a suspensão de todas as ações e execuções, na forma do art. 6º. da Lei no. 11.101/05.

Em 09 de novembro de 2012 foi apresentado nos autos, o Plano de Recuperação Judicial em atendimento ao artigo 53 da Lei no 11.101/05.

Em 24 de julho de 2013, em Assembleia Geral dos Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, tendo sido homologado pelo Juiz da 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro.

27) Lucro por Ação e Valor Patrimonial da Ação.

O lucro por ação foi de R\$ 0,07, e até o momento este indicador não representa lucro realizado financeiramente (nota 25). O valor patrimonial das ações em 2013 foi de R\$ 0,11 e em 2012 de R\$ 0,05 para cada lote de mil.

28) Receitas de Vendas e Serviços

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de Serviços – Privados	334	2.593
Receita de Serviços - Órgãos Públicos	10.468	18.290
Impostos Incidentes sobre a Receita	(1.011)	(1.983)
PIS	(125)	(239)
COFINS	(594)	(1.101)
ISS	(293)	(643)
Cancelamentos	(23)	(2.237)
	9.768	16.663

29) Outras Receitas Operacionais

	31/12/2013	31/12/2012
Reversão de Provisão	-	405
Venda de Imobilizado	-	6.634
Locação de Imobilizado	-	9
Reversão de Ajuste a Valor Presente	-	1.330
Itens Extraordinários	8.053	7.844
Avaliação a Valor Justo	81.564	-
Outras Receitas	-	151
	<u>89.617</u>	<u>16.373</u>

30) Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	31/12/2013	31/12/2012
Descontos Obtidos	92	2
Variação Monetária	-	121
Ganhos sobre Aplicações Financeiras	7	46
	<u>99</u>	<u>169</u>

Despesas Financeiras	31/12/2013	31/12/2012
Despesas Bancárias	28	240
Juros Passivos	9	128
Comissão de Fiança	34	-
Juros s/ Financiamentos	189	8.797
Juros s/ Tributos	4	377
Multas	-	25
IOF	4	218
Descontos Concedidos	-	223
Variação Monetária	-	5
Comissão s/ Financiamento	-	1.529
Despesas de Ajuste a Valor Presente	-	294
	<u>268</u>	<u>11.836</u>
Resultado Financeiro	(169)	(11.667)

31) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

- a) A subsidiária Integral é uma empresa na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.
- b) Transações entre a companhia e a SI, quando existentes, são eliminados. Na consolidação foram eliminadas as parcelas correspondentes aos saldos dos ativos e passivos (mútuo) entre as sociedades.
- c) As políticas contábeis da controlada pode ser alterada e as suas demonstrações financeiras ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela Controladora.
- d) O método de avaliação foi com base na equivalência patrimonial sendo eliminada na consolidação, onde o resultado da Cia. Controladora é idêntico ao resultado consolidado.

32) Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, existentes em 31/12/2013 são: aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores baseados em taxas e encargos contratuais, equivalentes aos de mercado e os empréstimos e financiamentos com base nos saldos aprovados em Assembleia Geral de Credores.

32.1 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 550 de 17/10/08, não há informações de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Marcelo Sénges Carneiro – Diretor – Presidente; André Luis Cavalcanti de Moraes Camacho – Diretor Vice-Presidente; Kátia Mosso Ferreira – Diretora Vice-Presidente; **Contador** – Milton Marotti Rapizo – CRC-RJ 022.267/O-9.